

Jornal Económico

/ África Capital

26-03-2021

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Economia/Negócios**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,2,3**

ANÁLISE

Do PRR ao QFP: o dinheiro para pôr em marcha a recuperação ● ||

SDFSDSDFSDSDFSDSDFSD

Do PRR ao QFP: o dinheiro para pôr em marcha a recuperação

Volume e calendário de execução dos fundos comunitários levantam desafios para assegurar reformas estruturais que impulsionem a retoma.

ÂNIA ATAIDE
ataide@jornaleconomico.pt

Portugal prepara-se para receber 45 mil milhões de euros em fundos europeus entre 2021 e 2029, considerando apenas as subvenções. Este montante poderá ser ainda mais elevado se o Governo concretizar a opção de empréstimos em condições mais favoráveis, cuja utilização prevista não ultrapassa os 2,7 mil milhões de euros. Os desafios colocados pelo volume dos fundos e do ritmo de execução a que obrigam é assumido por todos, que se dividem sobre a avaliação da repartição das verbas, mas alinham na importância do objetivo: pôr em marcha a recuperação da economia portuguesa.

O ano passado, os Estados-membros, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu acordaram o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027 e o instrumento de recuperação europeu, o Next Generation EU. A crise sem precedentes levou a uma resposta europeia também ela sem precedentes, ao acordar a emissão de dívida em nome da Comissão Europeia para financiar os 750 mil milhões de euros do Next Generation EU.

A combinação dos fundos europeus do QFP 2021-2027 e do Next Generation EU irá permitir a Portugal aceder a cerca de 45 mil milhões de euros entre 2021 a 2029 em subvenções. Olhando apenas para o Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência (ver caixa), que financiará o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Portugal irá receber cerca de 14 mil milhões de euros em subvenções, a preços correntes, entre 2021 a 2026. A estes fundos acresce a disponibilização de empréstimos, "cuja eventual utilização Portugal avaliará de forma criteriosa, em conjunto com as autoridades europeias".

O presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), Nuno Oliveira Santos, salienta, em declarações ao Jornal Económico (JE), que "Portugal

tem aqui uma hipótese para acelerar o seu processo de recuperação económica e social, accedendo a um considerável volume de recursos financeiros". Para o responsável pela agência que gere as verbas do Mecanismo de Recuperação, que apelida como "o corolário de uma resposta robusta e ambiciosa que a União Europeia dá à crise social e económica" provocada pela pandemia, serão uma oportunidade para promover a resiliência do tecido social e económico, bem como a recuperação da economia em torno de reformas e investimentos que seguem as prioridades definidas pela Comissão Europeia para acelerar e potenciar os efeitos da transição climática e digital.

O PRR português prevê 36 reformas e 77 investimentos nas áreas da resiliência, transição climática e transição digital, que se traduzem em 13.944 milhões de euros. O esboço do plano que permitirá a Portugal aceder às verbas

do Mecanismo de Recuperação está ainda em negociações com a Comissão Europeia (ver página IV-V) e poderá ainda sofrer alterações, já que tem que responder a critérios específicos sobre o impacto das reformas estruturais e do investimento, podendo também ser integrados os contributos da consulta pública que decorreu até dia 1 de março.

Dividido em três áreas principais – resiliência, transição climática e transição digital –, 61% do montante global do PRR concentra-se na dimensão da resiliência, que prevê um total de 43 investimentos em conjunto e de 20 reformas. Estão assim previstos para esta dimensão a aplicação de 8,5 mil milhões de euros em subvenções e de 2,4 mil milhões de euros em empréstimos. As subvenções destinadas à habitação nesta dimensão representam a maior fatia do bolo, ao ascenderem a 1,6 mil milhões de euros, seguidas pelo investimento em inovação (1,4 mil milhões de euros), qualificações e competências (1,35 mil milhões de euros), mas também à componente da saúde, com 1,38 mil milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde, e de 538 milhões de euros para as respostas sociais.

A dimensão da transição climática concentra 21% do montante, com a adoção de 8 ações de reforma e implementados 14 investimentos, através de 2,8 mil milhões de euros em subvenções e da possibilidade de 300 milhões de euros em empréstimos. Entre os exemplos desta dimensão está a alocação de 1.032 milhões de euros para mobilidade sustentável, de 715 milhões de euros para a descarbonização da indústria, de 620 milhões de euros para a eficiência energética dos edifícios e de 371 milhões de euros para o hidrogénio e renováveis.

Já a dimensão digital que prevê 8 reformas e 17 investimentos, concentra 18% do montante alocado a Portugal, ou seja, 2,5 mil milhões de euros em subvenções, não prevendo o recurso a empréstimos. Prevê assim alocar 599 milhões de



euros na educação digital, 650 milhões de euros para as empresas, 406 milhões de euros para a qualidade e sustentabilidade das finanças públicas, 267 milhões de euros em justiça económica e ambiente de negócios e 812 milhões de euros para a administração pública para a digitalização, interoperabilidade e cibersegurança.

"É caso para dizer que não podemos falhar ao projeto europeu, numa altura em que ele demonstrou estar à altura da ambição dos pais fundadores para construir uma Europa mais próspera, mais solidária e mais justa", defende Nuno Oliveira Santos.

A eurodeputada Margarida Marques, correlatora para o QFP2021-2027, alerta ao JE que a prioridade atual é assegurar que todos os Parlfamentos Nacionais deem à Comissão Europeia poder para emitir dívida e constituir o Fundo de Recuperação, o que até agora apenas metade o fizeram, embora se espere que até meados do próximo mês termine esta fase.

"O atraso na vacinação e o aparecimento de novas variantes têm introduzido novas perturbações. Uma vez constituído o Fundo, temos de fazer essa avaliação: saber se é suficiente ou não. Mas o

"Portugal tem aqui uma hipótese para acelerar o seu processo de recuperação económica e social, accedendo a um considerável volume de recursos financeiros", diz o presidente da AD&C



prioritário agora é mesmo criar o mecanismo e não desperdiçar, a seguir, o facto de o mecanismo estar criado, explorando todas as suas potencialidades”, admite, defendendo que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência “é uma oportunidade única para promover uma verdadeira mudança, permitindo que a União Europeia e todos os Estados-membros saiam desta crise com economias mais sustentáveis e inclusivas”. No entanto, assume que “para que tudo isto seja possível, o quadro orçamental, como defendo num relatório que acabei de apresentar no PE sobre a Reforma da Governação Económica na UE, também terá de contar com novas regras que permitam a curto prazo a flexibilidade necessária para promover o investimento e o crescimento”.

A distribuição das verbas do PRR tem levado os empresários a reivindicar mais financiamento para as empresas, ao que o Governo responde que os fundos comunitários irão representar nos próximos nove anos 14 mil milhões de euros em apoios diretos às empresas. Se o PRR é voltado para reformas e investimentos estruturais que têm que responder a critérios

específicos, o próximo QFP continuará a estar mais próximo das empresas.

O presidente da CIP, António Saraiva, salientou também numa conferência esta semana o impacto do programa Horizonte Europa, com uma dotação de 95 mil milhões de euros para investigação e inovação, bem como o InvestEU, que disse ter “grande importância pela alavancagem que proporcionará ao investimento e pelas novas oportunidades que abre em complemento com o PRR e com os acordos de parceria para o apoio à capitalização das empresas” europeias.

“Para uma economia como a portuguesa, que só agora estava a retomar níveis de investimento, em % do PIB, próximos dos níveis pré-crise financeira de 2008/2011 importa assumir a existência de desafios para duplicar os níveis de investimento”, sublinha Nuno Oliveira Santos, que assinala que, contudo, a definição clara de que pode ser financiado, como pode ser financiado e a concentração do poder de fogo nas áreas consideradas críticas para o desenvolvimento do país ao longo da década, “vai ser crítica para garantir uma execução condizente com o

volume de financiamento a que vamos ter acesso”.

É neste sentido que o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, assume ao JE que “os fundos são muito exigentes quer em matéria dos seus objetivos, quer do entorno legislativo, que é igual em toda a Europa e que dificultam a sua execução. Não estou a fazer juízos de valor, mas torna-se difícil o ritmo de execução, nomeadamente o do investimento público”.

O governante admite que é preciso ter em conta as lições do PT2020 quando se olha para o próximo quadro comunitário. “O Portugal 2020 passou um quadro comunitário de apoio particularmente adverso em termos de contexto”, diz, recordando que em 2014 as empresas ainda estavam debilitadas na ressaca da crise financeira.

“O programa arrancou tarde. Quando entrámos no Governo, em 2015, a parte económica e empresarial praticamente não tinha arrancado e fruto de tudo isso tivemos de tomar medidas muito concretas para acelerar o PT2020, através de ações muito direcionadas para o investimento empresarial. O investimento público teve um arranque muitíssimo tardio, quer o autárquico, quer o da administração central e só em finais de 2016 é que os projetos começaram a arrancar”, assinala, defendendo que tal não foi o padrão verificado só em Portugal, mas na generalidade dos países europeus.

Nelson de Souza recorda que “temos um valor perto dos 56% próximo do final de 2020, o que nos coloca entre os países com maior taxa de execução, sete pontos acima da União Europeia”.

Nuno Oliveira Santos realça a agilização de regras e procedimentos como fundamental para cumprir a execução dos fundos, “conjugando a simplificação administrativa com o rigor, o escrupuloso cumprimento da legalidade e a transparência com que os recursos devem ser geridos”.

“Será certamente outra área em que importa investir, de modo a evitar situações que impeçam a execução rápida deste investimento”, diz, assinalando que “o esforço de comunicar com e capacitar todos os agentes, desde os promotores dos projetos de investimento, até à administração pública responsável pela programação, gestão e monitorização destes fundos, será fundamental para garantir o sucesso que todos desejamos e que o país merece”. ●

PERGUNTAS & RESPOSTAS

O que é o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)?
É o principal instrumento do NextGenerationEU. Com a entrada em vigor do MRR, os Estados-membros puderam começar a apresentar oficialmente os planos nacionais de recuperação e resiliência. Estes planos serão avaliados pela Comissão Europeia e pelo Conselho, para dar ‘luz verde’ às primeiras tranches do PRR, após o financiamento pela Comissão nos mercados.

Qual é o montante de pré-financiamento?
O pré-financiamento é de 13 % do montante total atribuído aos Estados-membros. Será disponibilizado quando os PRR forem aprovados.

Como está definida a estrutura do MRR?
O MRR assenta em seis pilares: transição ecológica; transformação digital; coesão económica, produtividade e competitividade; coesão social e territorial; resiliência sanitária, económica, social e institucional; políticas para a próxima geração.

Quais são os objetivos do MRR?

Entre os objetivos está que a União Europeia atinja a neutralidade climática até 2050, mas também avance na transição digital. “Pelo menos 37% das despesas com os investimentos e reformas previstas em cada plano nacional de recuperação e resiliência devem apoiar os objetivos climáticos”, referem documentos informativos de Bruxelas, indicando também que “pelo menos 20% das despesas com os investimentos e reformas previstos em cada plano nacional de recuperação e resiliência devem apoiar a transição digital”.

Como é que o MRR se liga ao Semestre Europeu?

Os projetos de investimento e de reformas previstos nos PRR deverão responder aos desafios identificados aos Estados-membros pela Comissão nas recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas e sociais.